

Bulhões mostra como enfrentar restrições

Da sucursal do RIO

Um forte aumento na taxação dos rendimentos obtidos com títulos de renda fixa e a eliminação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas são as duas condições necessárias para que as empresas possam atrair capital acionário, reduzir seus custos financeiros e contornar o risco e os prejuízos de uma grave recessão, disse ontem o ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões.

Ele chamou a atenção para o fato de que uma conjunto de medidas que estimule, neste momento, a aquisição de ações novas das empresas — como alternativa às aplicações no mercado de renda fixa — não produzirá, como parece à primeira vista, uma queda de arrecadação tributária. Segundo seu raciocínio, a perda do Imposto de Renda das empresas que lançassem ações novas seria compensada pela tributação das aplicações financeiras e, além disso, contribuiria para dinamizar os negócios, gerando maior arrecadação.

O maior temor do ex-ministro da Fazenda é que o governo vá sendo colocado contra a parede e termine por ceder às pressões das empresas de uma maneira desastrosa. Em sua opinião, as empresas têm razão quando se queixam das consequências das restrições monetárias e do aperto do crédito. Mas é claro, em seu entender, que o afrouxamento do crédito não resolve seus problemas, porque as empresas estão extremamente endividadas. "Se o governo abrir mão de sua política de restrição monetária, corremos o risco de ter uma explosão inflacionária, sem qualquer das vantagens que alguns imaginam obter".

"IDÉIA BOA"

Ao comentar a sugestão de Bulhões, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, disse que a idéia é boa, contanto que o incentivo para comprar ações seja trocado por outros que já existem. A isso, Bulhões respondeu que o receio de Langoni de perder receita é justificável, mas que sua sugestão, provavelmente, até acabará favorecendo a caixa do Tesouro.

Ele próprio tem dúvidas quanto ao

êxito da colocação de ações pois o mercado está acostumado a operar com títulos de renda fixa, que oferecem, ao mesmo tempo, elevado grau de liquidez e de rentabilidade. Mas não vê outro caminho para continuar combatendo a inflação e permitir certo desafogo às empresas. O pior que pode acontecer — disse — é aumentar insuportavelmente a taxa de desemprego, paralisar as empresas e ser forçado a abandonar o caminho quando o sucesso contra a inflação já se aproxima.

Bulhões considerou, também, que o lançamento de ações novas por ele sugerido, não pode ficar dependendo de complicadas e demoradas análises de mercado. Seriam lançamentos para obter capital de giro, que teriam o aval de bancos de investimento e de desenvolvimento como principal garantia do investidor. Com a eliminação do Imposto de Renda das empresas, haveria maior lucro para ser distribuído sob a forma de dividendos. É provável, portanto, que mesmo com uma redução do imposto descontado na fonte, o governo possa arrecadar mais, quando esses dividendos forem lançados na declaração para o imposto progressivo.

Para completar a idéia, Bulhões propôs que o Imposto de Renda progressivo passe a incidir, igualmente, sobre todos os tipos de rendimento de capital. Dessa forma, haveria desestímulo à aplicação de capital em setores hoje favorecidos, em proveito da aplicação em ações.

ORÇAMENTOS

Bulhões concordou com Langoni a respeito da necessidade de promover uma reforma institucional, para permitir a integração dos orçamentos do setor público (o das empresas estatais, o monetário e do Tesouro). Em sua opinião, o orçamento monetário no Brasil é distorcido, ao permitir realizar despesas para as quais não há fonte de receita estabelecida no orçamento do Tesouro. Muitos problemas se resolveriam nessa área se todas as despesas propostas fossem obrigatoriamente cobertas por receitas do Tesouro, pois assim, quando alguém propusesse gastar além da receita seria obrigado a propor, também, um aumento de imposto, "o que é sempre muito desagradável e impopular", observou.